

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILMº Sr. PREGOEIRO DESIGNADO PARA A CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23443.019287/2021-71, PROMOVIDO PELA PELO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM.

Recorrente: LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Recorrida: ROSINEIDY SOUZA DINIZ
GRUPO 02

LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.232.642/0001-89, com endereço comercial localizado à Rua F, nº 2 – Conjunto Euclides Figueiredo, Marambaia, Belém/PA, CEP 66.620-770, neste ato representada por seus sócios Harley da Silva Rocha, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG: nº 2169353 e CPF/MF: 392.276.502-53, residente e domiciliado à Rodovia Augusto Montenegro nº 6000, Bairro Parque Verde, CEP: 66.635-110 – Belém/PA e Ruth Ana Rodrigues Bordo brasileira, solteira, empresária, portadora do RG: nº 2453503 e CPF/MF: 506.543.817-04, residente e domiciliada à Rodovia Arthur Bernardes nº 1242, Bairro Pratinha, CEP: 66816-810 – Belém/PA, vem interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, contra atos e decisões praticados pelo Sr(a). Pregoeiro(a) da Comissão Permanente de Licitação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM em procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 07/2022, o que faz por todos os fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

DOS FATOS:

Conforme dito ao norte, a empresa Recorrente LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, insurge-se de maneira legítima contra determinadas práticas utilizadas no curso do certame em apreço, conforme restará comprovado pela presente peça recursal conforme prevê o instrumento convocatório lançado e a seguir colacionado:

1 - DO OBJETO

Contratação de serviços contínuos de condução de veículos automotores, categoria "D", em jornada diária compreendida entre 06h00 e 22h00, carga horária de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra para atender as demandas da Reitoria do IFAM e as unidades de Eirunepé, Itacoatiara, Lábrea, Maués, Parintins e Presidente Figueiredo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

DOS FATOS

Ao final da sessão eletrônica encerrada no dia 26/05/2022, a partir do momento que o Sr. Pregoeiro declarou vencedora do certame para o Grupo 02 – IFAM Campus Eirunepé a empresa Rosineidy Souza Diniz, CNPJ nº 09.608.116/0001-82, esta licitante recorrente manifestou intenção de recurso não concordando com a decisão, e daqui por diante, com o firme propósito de fazer se cumprir não só o Edital do referido Pregão, mas também o regulamento da licitação em curso, requer desde já a anulação do resultado do certame, apresentando-lhe as razões detalhadas nos memoriais de fato e de direito que seguem abaixo:

Motivo Intenção: A empresa ROSINEIDE SOUZA DINIZ não apresentou documentos de Habilitação exigidos no Item 9 do Edital, Exceto Declaração de Dispensa de Vistoria e 01 Atestado de Capacidade Técnica, demais razões no recurso.

DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

No dia 11/05/2022, foi convocada a empresa ROSINEIDY SOUZA DINIZ como melhor colocada no lote 02 do presente certame. De acordo com o item 5 do edital – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO regulamenta que:

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

O item 5 do edital encontra guarida legal no Art. 26 do Decreto nº 10.024 de 20 de Setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade Pregão, sendo assim em atendimento ao que preconiza o Edital do Pregão nº 07/2022, o Art. 3º da Lei nº 8.666/93, e o Art. 26 do Decreto nº 10.024/20109 além do cadastramento da proposta, os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema os Documentos de Habilitação exigidos no Item 9 do Edital, bem como item 24 do Termo de Referência referente a Qualificação Técnica.

Ocorre que a empresa recorrida não apresentou os Documentos de Habilitação exigidos no Edital em sua totalidade, apresentando apenas a Declaração de dispensa de vistoria técnica, Item 10 do Termo de Referência, e 01 Atestado de Capacidade Técnica da Alphamar – Agência Marítima referente aos serviços de transportes de passageiros com motorista do período de Agosto/2017 a Dezembro/2021. Sendo assim a mesma nem se quer possui qualificação técnica para assumir tal responsabilidade junto ao IFAM pois de acordo com o Item 24 do Termo de referência (Critérios de Seleção do Fornecedor) exige-se:

24.4. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a

comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

24.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Com o único atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida, não foram atendidas as exigências do edital, pois a mesma não apresentou cópia do contrato da Alphamar ou outro documento equivalente que comprovasse a legitimidade do atestado apresentado, de acordo com o item 10.10 do Anexo VII-A da IN 05/2017. O referido documento também não cita nem ao menos a quantidade da mão de obra envolvida na prestação dos serviços, o que podemos deduzir que seja 01 posto de serviço, de acordo com o Item 10.6 c) da IN 05/2017, exigisse para comprovação de qualificação técnico-operacional:

c) no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:

c.1. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

c.2. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

No caso do lote 02 do referido certame adota-se o item 10.6 c.2, a administração estabelece:

Serviços contínuos de condução de veículos automotores, categoria "D", em jornada diária compreendida entre 06h00 e 22h00, carga horária de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra – para o IFAM Campus Eirunepé, na quantidade de 03 Postos de Serviço.

Desta forma a empresa recorrida não se habilita no referido lote 02 do presente certame em relação a qualificação técnica devendo a mesma ser inabilitada nos parâmetros do Item 9.17 do Edital.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

Com relação aos demais itens de habilitação a mesma não apresentou qualquer outro documento que comprove a sua habilitação para o referido lote 02 do presente Certame o qual destacaremos a seguir com dados extraídos do próprio edital:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação os seus administradores;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor

da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.5. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.10.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.10.5.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.10.5.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.10.5.3.1. a declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

9.10.5.3.2. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

Prezado Pregoeiro, tendo em vista tendo em vista todos os argumentos apresentados, com base no Edital e seus anexos, além da legislação vigente não restam dúvidas acerca não atendimento a título de proposta e documentos de habilitação por parte da empresa ROSINEIDY SOUZA DINIZ devendo a mesma ser Inabilitada no Lote 02 do presente certame.

Fundamentos do Direito:

I. Introdução

A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988.

O inciso XXXIV, da Carta Maior, garante a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

O inciso LV, por sua vez, assegura a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Conforme nos ensina Maria Sylvia Zanella di Pietro:

“dentro do direito de petição estão agasalhadas inúmeras modalidades de recursos administrativos, disciplinadas por legislação esparsa, que estabelece normas concernentes a prazo, procedimento, competência e outros requisitos a serem observados pelos peticionários”. (cf. in Direito Administrativo, 19ª ed., São Paulo, Ed. Atlas, 2006, p. 698).

O Recurso administrativo, neste caso, quando se trata de Pregão Eletrônico, encontra-se guardada legal no Item 11 do Edital de Pregão Eletrônico nº 07/2022 do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, no Decreto 5.450/2015 C/c Da Lei 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

DO PEDIDO:

Outrossim, lastreada nas razões recursais, vimos requerer que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão:

a) Procedendo o presente recurso na forma preconizada na Constituição Federal do nosso País, no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, com base no Decreto nº 5.450/2015, c/c Item 12 do Edital;

b) EX POSITIS, Requer a Vossa Senhoria que conheça da presente peça para reformar sua decisão que aceitou e habilitou a empresa ROSINEIDY SOUZA DINIZ, em flagrante lesão aos Princípios da Legalidade, Isonomia, Julgamento Objetivo e Vinculação ao Instrumento Convocatório além da legislação correlata, caso em que, se a decisão outrora proclamada for mantida pelo Pregoeiro, o que se espera em face dos ditames erigidos pelos princípios licitatórios, então, dirigir a presente peça devidamente instruída à AUTORIDADE COMPETENTE, com as razões que seguem em anexo, para a efetiva ANULAÇÃO dos atos que ensejaram a presente celeuma. Tudo conforme esposado fartamente nesta peça, e por serem estes atos expressão da mais sábia e boa justiça.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Belém, PA, 31 de Maio de 2022.

LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 01.232.642/0001-89

Fechar